

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

ISABEL LANGEANI FERREIRA

**O SKATE ENTRE A TRANSGRESSÃO E A NORMA: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS
JUVENIS EM JUIZ DE FORA (MG)**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Clarice Cassab

Juiz de Fora

2026

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **NOME DO AUTOR**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número XXXXXXXX, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **NOME DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**, desenvolvido durante o período de DATA DO INÍCIO DO TCC a DATA DO FINAL DO TCC sob a orientação de NOME DO ORIENTADOR, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

NOME DO AUTOR

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

O SKATE ENTRE A TRANSGRESSÃO E A NORMA: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS JUVENIS EM JUIZ DE FORA (MG)

1

Isabel Langeani Ferreira²

RESUMO

O presente trabalho aborda o conflito entre as práticas espaciais das juventudes skatistas de Juiz de Fora e as estratégias institucionais de controle sobre seus modos de inserção na cidade. O skate é acionado através da tensão estruturante de sua identidade e realização, entre o seu caráter lúdico e transgressor de fazer a cidade e o seu deslocamento para uma forma controlada e normatizada ligada ao esporte. No cenário dos recentes processos de requalificação do centro urbano, o objetivo deste trabalho é analisar em que medida a institucionalização do skate transforma práticas juvenis originalmente lúdicas e transgressoras em formas reguladas de uso da cidade pelos jovens. As metodologias empregadas são a revisão bibliográfica e a análise de cobertura jornalística, trazendo um estudo de caso dos processos de disputas urbanas ligadas ao skate em Juiz de Fora. O estudo indica que embora os grandes gestores urbanos busquem transformar o skate em uma modalidade disciplinada e confinada nas pistas, as juventudes resistem a esses controles, se apropriando criativamente dos fixos urbanos e desafiando a normatização institucional.

PALAVRAS-CHAVE: Juventudes. Skate. Institucionalização. Juiz de Fora.

1. INTRODUÇÃO

“Se liga, skatista! A cidade é uma disputa.”³ Essa foi uma frase compartilhada pela Associação Juizforana de Skate (AJS) em meio à demolição de uma das primeiras pistas de skate da cidade, situada no bairro Vitorino Braga. A região central de Juiz de Fora vem sendo palco de uma série de intervenções relacionadas às iniciativas de “requalificação do centro urbano”, termo que, segundo Oliveira (2025), “no âmbito das políticas públicas, frequentemente opera como um eufemismo para processos de higienização social e mercantilização de áreas centrais” (2025, p. 201). No cerne dessas transformações, estão as estratégias institucionais de controle de uso da cidade pelos sujeitos que, através de suas práticas espaciais, transgridem a lógica de ordenamento do espaço instituída pelo Estado e pelos setores hegemônicos. Concomitante a isso, a atuação da AJS e dos jovens skatistas na cidade tem revelado inúmeras formas de agenciamento político, em seus movimentos de ocupação e ressignificação dos equipamentos urbanos, das negociações firmadas com o poder público e da defesa dos espaços de significação histórica do skate. Nesse movimento, esses sujeitos produzem tensionamentos, e são vetores de conflito urbano.

A enunciação feita pela AJS apresenta os objetos centrais deste trabalho: o espaço urbano, as juventudes e o skate. Este artigo pretende analisar como a implementação e a realocação de fixos urbanos destinados à prática do skate na cidade revela estratégias institucionais de controle do uso da cidade pelas juventudes. Para esse fim, realizei um estudo de caso de processos envolvendo a implementação de pistas de skate em Juiz de Fora e apropriação de espaços pelos skatistas, em um exercício de identificar estratégias e discursos institucionais de regulação sobre o uso desses espaços, bem como a participação da AJS frente a esses projetos. A importância deste trabalho reside na constituição dos jovens skatistas como sujeitos sociais de produção da cidade, ao debater sobre novas possibilidades de operar o planejamento urbano, agregando as políticas urbanas às práticas cotidianas desses jovens.

Este trabalho foi produzido através de metodologias de natureza qualitativa, entre as quais as elencadas foram uma revisão bibliográfica e a análise de uma cobertura jornalística. O artigo foi dividido em 3 grandes eixos analíticos, que organizam o quadro conceitual incorporado ao trabalho. O primeiro deles é o debate acerca da construção da ideia da juventude e a sua dimensão espacial. As juventudes serão aqui abordadas como agentes ativos de produção do espaço urbano, que através de suas ações sobre o território,

¹ Trabalho associado à Rede de Estudos sobre Juventudes e suas Práticas Espaciais (REJUPE), contemplada pelo Edital Universal do CNPq.

² Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Clarice Cassab.

³ Comunicado oficial publicado pela Associação Juizforana de Skate (@ajsjuizdefora) no *Instagram* no dia 1º de julho de 2026.

como práticas de lazer, de reprodução de culturas urbanas e da coexistência com outros sujeitos, negociam suas formas de inserção na cidade, dinamizando os sentidos de uso do espaço público.

A seção seguinte é sobre o skate, um objeto de pesquisa muito abrangente e que se insere em um campo de conhecimento multidisciplinar. Aqui o abordo como uma prática espacial e uma expressão de agência juvenil de produção e tensionamento de ordem urbana, pela sua natureza identitária, lúdica e transgressora. Esse momento também aborda a tensão de identidades do skate desencadeada pela sua institucionalização e cooptação por outros agentes, que o afunilam em um caráter esportivo e disciplinarizado.

Após a mobilização dos conceitos ligados à juventude e ao skate, no terceiro momento, agrego esse debate à realidade de Juiz de Fora, tratando da institucionalização das práticas juvenis dos skatistas na cidade. Neste tópico, trago as contribuições de Vinicius de Oliveira (2025) acerca da resignificação da Praça Antônio Carlos, cujas reformas ao longo da história engendraram processos de higienização, segregação e mercantilização do espaço público. No meio disso, os skatistas emergem através de seus usos insurgentes na praça, conferindo-lhe o sentido de uma forte territorialidade ligada ao skate na cidade. Analiso, em seguida, o grande empreendimento da pista de skate em padrões olímpicos da cidade, que produz um deslocamento dos skatistas para uma área isolada na região central da cidade.

2. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PELAS JUVENTUDES

O espaço urbano é o lócus da ação de diversos agentes, e possui sentidos em disputa. Santos (2006) analisa a produção do espaço a partir de dois arranjos territoriais que são inseparáveis: as verticalidades e as horizontalidades. As verticalidades estão ligadas às formas de cooperação entre os grandes agentes econômicos e grandes capitalistas em escala global, que organizam e regulam os circuitos da produção (circulação, distribuição e consumo). O espaço urbano, nesse sentido, é regido pela racionalidade e pelo discurso pragmático dos setores hegemônicos, que tendem a operacionalizá-lo em função da reprodução do capital. As horizontalidades, em contrapartida, são formadas através das interações dos homens lentos, que produzem redes de solidariedade a partir de contiguidades no cotidiano compartilhado. A produção do espaço decorre de suas ações e saberes localmente constituídos, muitas vezes se contrapondo à ordem estabelecida pelas verticalidades.

É a intersecção desses dois agentes (de ordem global e local), segundo o autor, que produz o espaço. As verticalidades, tendo como motor as tendências externas e as forças da globalização, determinam um tipo de coesão social pautado na produtividade e na reprodução lucrativa, inscrevendo modos de vida na cidade que privilegiam a aceleração dos processos produtivos, a ampliação do consumo, da circulação de mercadorias e da força de trabalho. Essa ordem imposta pelos agentes verticais, entretanto, não engloba a totalidade da vida social e não representa todas as bases de vida da sociedade civil. Ela promove um deslocamento de muitos sentidos da vida dos sujeitos, como o senso de pertencimento, de solidariedade, a construção de identidades e de redes de afeto, além de não dar espaço à inventividade. Isso produz uma concepção de vida prosaica e passiva. Além disso, os sujeitos que compõem as relações horizontais são marginalizados, a reprodução de suas vidas não opera na mesma velocidade exigida pelo modo de produção capitalista, devido tanto às suas limitações econômicas quanto aos valores compartilhados que se distinguem, rejeitam e sobretudo tensionam a lógica hegemônica.

A vida social, contudo, comporta diversas categorias de diferenciação, que produzem um ordenamento da sociedade e designam comportamentos, formas de relação e de tratamento. Podemos pensar em múltiplos marcadores sociais que promovem tanto a identificação quanto a desigualdade entre sujeitos: raça, identidade de gênero, classe, faixa etária, entre outros. Esses marcadores é que vão condicionar, as diferentes condições de vida e experiências urbanas dos indivíduos, para alguns mais limitadas, pautadas na carência, no controle e na dominação, e para outros, experiências mais ricas, com uma diversidade de oportunidades, acessos e de pertencimento.

Tomando como foco de análise as juventudes dentro desses sistemas de organização social, Quapper (2012) identifica uma centralidade dada à adultez em relação aos demais grupos etários. Para o autor, a construção da ideia da juventude está historicamente ligada a uma incompletude dos jovens, que precisam ser ensinados, controlados e vigiados pelos adultos. O autor também destaca a diversidade de posições na estrutura social considerando a intersecção de outros marcadores sociais, como gênero, classe,

etnia e localização do território, e por isso não há um único tipo de juventude universal, e sim, múltiplas existências juvenis, em diferentes realidades.

Quapper (2012) sustenta que a divisão das sociedades em classes etárias “(...) não depende de um conjunto de naturezas psicológicas preexistentes” (p. 102), mas ela é construída socialmente em cada contexto dos grupos sociais, que, em inter-relações:

(...)Definem, no cotidiano, os modos de interação que estabelecem, as decisões que tomam e o controle que podem exercer sobre elas (poder/autonomia), bem como os critérios que fundamentam suas práticas, discursos e imaginários (*habitus*). (p.103)

A condição adultocêntrica se manifesta também no plano material, dissociando os jovens da esfera política, restringindo o acesso aos bens socialmente produzidos, tirando seu direito ao projeto e à decisão e invisibilizando suas ações. E como as relações sociais são indissociáveis do espaço (Santos, 2006, p.63), devemos levar em consideração que a hegemonia da adultez promove o controle social dos jovens através da operacionalização dos espaços, em seus diversos meios de vida. A escola e o espaço público, por exemplo, são repletos de práticas institucionais, normas sociais, leis e políticas públicas que privilegiam os adultos e as classes dominantes que administram o poder. Esse controle articula a cooptação e a proibição das expressões juvenis que se opõem aos interesses desses agentes, através de restrições do acesso e do direito de uso dos espaços, da repressão das práticas espaciais juvenis pelo uso da violência e do discurso. Devemos levar em consideração também que, no caso da realidade brasileira, esses obstáculos à participação ativa na sociedade comprometem sobretudo os jovens negros e em condição periférica na cidade.

Apesar da posição social de subalternidade ligada à condição de ser jovem, Quapper também a caracteriza como uma forma de resistência ao adultocentrismo. Segundo ele, os grupos etários são estabelecidos através de um exercício de abstração de uma realidade que é dinâmica e está em constante fluxo, e suas fronteiras são ao mesmo tempo, um resultado e um motor para as disputas de poder em torno de sua reprodução. Nesse sentido, a identidade juvenil vai sendo construída a partir de assimilações e rupturas com as expectativas sociais impostas e pré-estabelecidas.

Dessa forma, o autor rejeita a imposição de uma ideia fixa em torno da juventude, em que os jovens são objetos passivos. Ele traz um quadro analítico fundamental, de uma construção social sob uma perspectiva geracional (2012, p. 118), isto é, uma forma de analisar o corpo social como sendo constituído por gerações, que são condicionadas por contextos históricos e culturais específicos, e que estão em constante transformação e movimento. Isso permite que os conflitos intergeracionais sejam desnaturalizados e que as relações de poder entre gerações também sejam analisadas. A juventude, nessa ótica, é um fator relacional contínuo, que está também em permanente construção. Essa corrente, segundo Quapper (2012), orienta a criação de estratégias de ação que partam dos próprios mundos juvenis, em estilos de co-criação com os outros grupos sociais. Assim, os jovens se tornam sujeitos ativos de defesa de sua construção.

Cassab (2021) descreve que, no processo de constituição dos jovens como sujeitos, e na luta pelo seu reconhecimento dentro das relações sociais, a cidade é um elemento essencial. O espaço urbano fornece as condições materiais necessárias para a produção de si mesmos e do mundo. Essa relação se dá pois a cidade é o terreno do de suas experiências de vida- de suas práticas espaciais que animam e dão significação aos espaços, do encontro entre os diferentes, com suas identidades e seus saberes, que conferem também à cidade uma qualidade educativa:

“As vivências nos bairros e o deslocamento pela cidade significam e dão forma às suas biografias, compondo a sociabilidade e condicionando a sua subjetividade. Isso porque os jovens dão sentido e significados ao espaço, recriando espaços de referência identitária, de pertencimento, onde se realizam as experiências social, política e cultural” (p. 256).

O processo em que os jovens criam a si mesmos também pode ser entendido através da ideia trabalhada por Damasceno (2018) e Arendt (2000) da cidade como o terreno da alteridade, em que, através do encontro com os diferentes, os sujeitos passam a incorporar novas condutas e pensamentos:

Na criação de si, a cidade garante que o outro esteja presente não apenas como testemunha dos acontecimentos, mas como alteridade ativa cuja presença direciona as formas de pensar e agir. A cidade se constitui como materialidade de relações sociais por meio das quais homens e mulheres avaliam suas vidas e as possibilidades de construir o presente. Podemos afirmar que a cidade habitada é uma obra política, pois a constituição intersubjetiva de cada pessoa exige a presença física do outro e a participação na vida em comunidade pela ação. (Damasceno, 2018, p. 92)

Cassab (2021) destaca que a juventude se constitui também por um período de acentuação da socialização dos sujeitos, em que, de encontro com diferentes grupos sociais, os jovens passam a questionar e contrapor os valores, crenças e regras previamente estabelecidas pelo ambiente familiar, ou em seus meios de origem. Assim, se realiza um dinâmico e conflituoso processo de subjetivação, com novos grupos de convivência e de solidariedade, em que os jovens podem constituir uma identidade e um estilo de vida. Além de serem atravessados pelo outro, os jovens utilizam o diálogo como repertório de ação, tendo a cidade como terreno da negociação de seus modos de ser e estar no mundo. Assim, suas ações também incidem sobre as relações sociais, e eles afirmam sua participação na produção do espaço urbano.

Outra contribuição para o entendimento da dimensão espacial da juventude é de Galvão e Marcon (2023), tendo como lente analítica as práticas culturais juvenis e das tribos urbanas, em um estudo de caso da cidade de Aracaju, SE. Eles demonstram como as culturas urbanas juvenis e seus estilos de vida têm representado formas de agenciamento e de reivindicação política pelo uso da cidade, tensionando também os sentidos de uso do espaço público. Os autores identificam inúmeras expressões de agências estetizadas dos jovens, isto é, as práticas culturais que vão de encontro à política, como por exemplo o movimento punk, o hip hop e o skate. Essas práticas apresentam formas de uso do espaço dissonantes do que é planejado pelos grandes agentes, gerando uma contraposição às formas dominantes de produção da cidade. Praças, viadutos e calçadas se tornaram palco de manifestação política e reivindicação do direito à cidade pelos jovens, que subvertem seu sentido de uso para a festa, a fruição, o direito ao encontro e ao lazer.

Galvão e Marcon (2023) consideram que esses movimentos em Aracaju demonstram formas de reação à escassez de políticas públicas que assegurem o lazer das juventudes, em que os jovens realizam o exercício de sua cidadania por meio de suas articulações. Eles agem em seu próprio nome, a partir de táticas de ocupação do espaço público e dos poucos recursos disponíveis a eles, firmando sua luta por espaço e pela participação da vida pública da cidade. Mesmo que esses movimentos não gerem transformações na estrutura de poder que os acomete, eles produzem inflexões e tensões, costurando novas possibilidades de experimentar a cidade.

A dimensão espacial da juventude trabalhada por Cassab (2021) juntamente com o conceito de agências estetizadas, apresentado por Galvão e Marcon (2023), como (...) “Uma ação de significação sobre a cidade, como disputas sobre o sentido político do espaço e do público” (2023, p.11), permite a compreensão de uma infinidade de práticas espaciais juvenis que escapam à lógica de produção do espaço dos grandes agentes. A pesquisa de campo vista por Galvão e Marcon (2023) trata enfaticamente do Hip Hop, do punk e das práticas adjacentes a esses movimentos culturais juvenis: o graffiti, o skate e o slam. Dentre esses caminhos diversos, o elemento estruturante deste trabalho, que servirá de aporte para a compreensão de algumas das práticas juvenis em Juiz de Fora, é o skate.

3. SKATE: DA PRÁTICA MARGINAL À ESPORTIVIZAÇÃO

A chave explicativa da relação entre o skate e a cidade considerada aqui mais adequada é a “cidadinidade”, utilizada por Giancarlo Machado (2025). Esse conceito descreve um processo semelhante ao

que Certeau (1994) nomeia como “Artes de Fazer”, em que o cotidiano é inventado pelos sujeitos se apropriando criativamente da materialidade dos grandes sistemas de maneiras imprevistas e escondidas nas estruturas de produção. A cidadinidade refere-se especificamente ao potencial de “fazer a cidade” mediante percepções diferentes do espaço, que escapam do ordenamento instituído pelos planejadores urbanos.

Os jovens skatistas, ao se apropriarem das ruas, incorporam os mais diversos fixos urbanos à sua prática: corrimãos, rampas, bancos, escadas, entulhos, entre muitos outros, se tornam obstáculos e passam a ser caracterizados como “picos”. São, sobretudo, espaços que não foram destinados ao skate, mas que, a partir de novas leituras de cidade, ganham outros sentidos, são reconhecidos pelo seu potencial de uso e se tornam lugares do skate. Além de se apropriarem desses elementos da arquitetura urbana, os skatistas também intervêm sobre esses fixos, construindo novos obstáculos via D.I.Y⁴ e deixando suas marcas de rodinhas e de parafina na paisagem.

Ademais, como os picos são encontrados inesperadamente, os skatistas realizam seus percursos pela cidade com um olhar atento, filtrando tudo o que observam (p.120). A circulação pela cidade e a consequente proliferação de novos picos tornam-se aspectos constitutivos dessa cultura, promovendo experiências urbanas vigorosas e tecendo relações entre jovens de diferentes territórios. Machado (2025) ainda acrescenta:

“(…) É possível considerar que as suas manobras, bem como as suas circulações, repolitizam o cotidiano de uma cidade muitas vezes caracterizada pela sua mercantilização: elas testam a vigilância de seus espaços, dão visibilidade a diferentes formas de segregação, subvertem normas de acessibilidade, esquivam-se de aparatos de controle, deixam, pois, em suspensão as fronteiras entre os centros e as periferias” (p. 121).

O excerto acima destaca o elemento fundamental do skate de rua, que é a sua dimensão transgressora. Podemos aproximar essa dimensão ao conceito de *tática*, de Certeau (1994), que caracteriza ações calculadas que são determinadas pela ausência de um lugar próprio. “(..) A tática é movimento dentro do campo de visão do inimigo, e no espaço por ele controlado” (1994, p. 100). Esse conceito elucida a utilização dos picos da cidade pelos jovens, que, de maneira astuta e transgressiva, ocupam fixos e espaços da cidade que não lhes pertencem ou são designados.

Dessa maneira, os jovens skatistas se colocam ativamente nas disputas pelo espaço, seja pelos movimentos táticos, utilizando, vigilantes “(…) As falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário” (Certeau, 1994, p. 101); seja por negociação com os grandes gestores e planejadores urbanos; ou pela produção de tensões. Machado (2025) nos apresenta uma questão importante: ao mesmo tempo em que o skate apresenta inúmeros benefícios às vidas urbanas dos jovens (amplia seus territórios-rede, produz senso de pertencimento e afirmação na cidade, gera redes de sociabilidade, possibilita o lazer e a fruição), ele também os enquadra como vetores de conflito urbano. Os skatistas tornam-se, (...) “via de regra, sujeitos indesejáveis em virtude das apropriações audaciosas e descontroladas que fazem da dimensão física da cidade.”(p. 121). Forja-se um imaginário, muito motivado também pelo lugar social ocupado por determinados jovens, de que eles são delinquentes e marginais. Consequentemente, muitas de suas práticas são criminalizadas, reprimidas e acarretadas em punições.

O skate, então, apresenta um problema para os gestores urbanos, que historicamente foram implementando medidas para regulamentar sua propagação. Machado (2025) elege a cidade de São Paulo como escala privilegiada de análise dos processos de institucionalização dessa prática. O autor demonstra como ela passou de uma condição inicial de proibição para uma progressiva aceitação por parte das instâncias de governança urbana, por meio da implementação de dispositivos voltados ao controle de suas dimensões espaciais, morais e corporais. O autor ainda sugere que a saída definitiva concebida pelo poder público, aliado aos interesses do empresariado global, foi a criação e o fortalecimento de uma nova

⁴ A sigla DIY é de “Do It Yourself”, em português, “Faça você mesmo”, termo que descreve a construção autônoma de obstáculos, pistas e rampas pelos skatistas, utilizando sobretudo materiais reaproveitados e cimento.

identidade para o skate, enquadrando-o como um esporte. Dessa maneira, há um deslocamento do seu aspecto transgressor, que representa uma “ameaça” ao patrimônio público, para uma prática normatizada.

A esportivização do skate, segundo Brandão (2025) consolidou a sua popularização no Brasil a partir das décadas de 1980 e 1990. Marcas, revistas especializadas e entidades representativas foram fundadas, fortificando sua identidade esportiva, ordenada por regras e rankings. Houve também um esforço para formular um calendário a nível nacional, organizando uma agenda de campeonatos. Novos valores, estilos e imaginários foram projetados ao skate, em consonância com o discurso esportivo. As novas premissas do skate como esporte, segundo o autor, eram pautadas na conquista do sucesso social através da consolidação de uma carreira, acompanhada de uma (...) “Busca de uma dignidade profissional por meio do ‘esporte’” (2025, p.77). Ele acrescenta, mais adiante, que “Ser um skatista profissional, ter um bom patrocínio, fazer carreira com medalhas, troféus e prêmios tornavam-se elementos importantes para a configuração de um novo imaginário sobre essa atividade.”(2025, p. 82). Desse modo, Brandão (2025) aponta que o poder esportivo foi inserindo o skate em um mundo “regrado, organizado e, sobretudo, mercadológico”. (2025, p. 82)

Outro efeito desse processo destacado pelo autor é a alta proliferação da construção de pistas de skate das cidades grandes e médias brasileiras no final da década de 1970. As pistas de skate oferecem todo um aparato para a evolução técnica e a profissionalização dos sujeitos no esporte. São espaços construídos a partir de réplicas dos fixos urbanos utilizados pelo skate de rua, mas não se limitaram a isso. Há tipos de pistas que incorporaram uma nova modalidade do skate, o caso do Park, que se concretiza nos Halfpipes, estruturas de rampas em formato de “U”.

As pistas de skate também possuem a funcionalidade de sediar os circuitos dos campeonatos, em escala local até internacional, atraindo inúmeros atores, veículos midiáticos e representando alvos de investimentos. A consequência disso, segundo Brandão (2025), ainda na segunda metade da década de 1970, foi a espetacularização do skate, em grandes eventos:

O que notamos ao analisar os grandes eventos de skate que passaram a ocorrer ao longo da segunda metade da década de 1980 em diante, portanto, é a presença tanto do vocabulário esportivo quanto de sua lógica na organização dessa atividade no país. Com a presença desses campeonatos direcionados para o grande público espectador, o skate parecia abandonar cada vez mais a gratuidade das manobras em ruas e ladeiras. Os truques dos skatistas agora valiam dinheiro, e para não os errar nas exposições e campeonatos, eram necessários treinos, equipes e muito preparo físico.(Brandão, 2025, p.82)

O que o autor enfatiza sobre o skate é que, ao ser inserido em uma lógica institucional e mercadológica, seus jovens praticantes deixam de ter um apreço pela apropriação criativa do espaço e passam a valorizar muito mais sua performance segundo os valores esportivos, privilegiando o desempenho, a competitividade, as medalhas, as notas e os *rankings*. E para o alcance de seu reconhecimento ou até sua profissionalização, os jovens skatistas, nessa lógica, devem deixar-se conduzir pelas suas normas de conduta, e para isso, a pista de skate funciona como um centro de treinamento e de transmissão de valores. Nesse sentido, as pistas de skate são, para os grandes agentes, um dispositivo de controle e ordenamento dessa prática urbana. A existência de um espaço destinado necessariamente à prática do skate pode gerar um polo atrativo às juventudes ligadas ao skate, atendendo às suas necessidades e ao mesmo tempo, modulando suas formas de participação na cidade.

No entanto, outro fator que Brandão (2025) nos apresenta é que as estratégias dos veículos de mídia, dos empresários e dos gestores da cidade não foram capazes de universalizar o skate como uma modalidade unicamente esportiva. A década de 1980, no Brasil, foi um período em que, ao mesmo tempo que a cooptação do skate pelo poder esportivo lhe fornecia um destino extremamente rentável, novas possibilidades de existência e de prática do skate emergiram. Os veículos de comunicação e transmissão de ideias, a exemplo da matéria da revista *Skatin'*, trazida pelo autor, passaram a apresentar fissuras com a identidade esportiva e trazer o debate acerca da tensão de identidades do skate (institucionalizada *versus*

transgressora). Além disso, Brandão (2025) indica que foi nesse período que a modalidade do *street skate* (ou skate de rua) se popularizou no Brasil, em que a prática acontece criativamente em interação com os aparelhos urbanos, distante das regras e normas próprias da esportivização.

Ele ainda destaca que o *street* se mesclou com outros movimentos culturais como o *punk*, que em seguida foi suplantado pela forte influência do *rap*, que condensaram muitos atributos estéticos, sonoros e indumentários ao skate, resgatando o seu sentido transgressor e complexificando assim “a condução do skate pelo pelas vias politicamente corretas do esporte” (p.88).

Para complementar o debate sobre a institucionalização do skate e a consequente incorporação de pistas na cidade, é preciso salientar que esse processo não decorre unicamente da articulação dos grandes agentes para promover um controle do uso do espaço urbano pelas juventudes. Esse fenômeno, na verdade, revela uma complexa conciliação de interesses entre esses diferentes sujeitos, uma “(...) zona ambígua entre resistência e transgressão, entre autorização e insurgência” (Oliveira, 2025, p. 210). Para ilustrar esse apontamento, utilizarei aqui a história descrita pela Associação Juizforana de Skate (AJS) de sua fundação e as contribuições de Vinicius Costa de Oliveira, que realizou um estudo de caso da história da apropriação e ressignificação da Praça Antônio Carlos, em Juiz de Fora, pelos skatistas.

4. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS JUVENIS EM JUIZ DE FORA, MG

Segundo a AJS e Oliveira (2013; 2025), na década de 1990, o skate atingiu uma crescente em Juiz de Fora, momento em que ainda não havia espaços legítimos destinados à prática. Os jovens utilizavam elementos da rua, e produziram uma centralidade no estacionamento da Escola Normal, situado no centro da cidade. Inicialmente, o espaço era utilizado através de seus elementos originais como o chão liso, as bordas das calçadas e as tampas de bueiros. O que se seguiu foi a construção independente de rampas e obstáculos de madeira incorporados ali. Esse pico foi alvo de medidas repressivas pela Polícia Militar, que frequentemente apreendia os equipamentos construídos por eles alegando que aquele espaço não era adequado para o skate. Ao final dessa década, os skatistas tomaram o primeiro passo para criar uma entidade representativa junto do poder público e com o apoio do vereador Gabriel Rocha.

A partir daí, a AJS passou a realizar assembleias, audiências públicas e utilizar os meios oficiais de participação política para reivindicar o seu direito de uso da cidade. A construção das pistas, dessa forma, foi decorrente da mobilização ativa dos próprios skatistas, em conciliação com os esforços institucionais de conter as formas juvenis de produzir e tensionar o espaço urbano. A agregação formal dos jovens em uma associação possibilitou, assim, um canal de mediação entre as necessidades das juventudes e o Estado, que, “embora tenha possibilitado conquistas materiais e ampliado o acesso a espaços ‘adequados’, também implica na adaptação de códigos e valores que enfraquecem o caráter lúdico e transgressivo do skate.” (Oliveira, 2025, p. 211). A condição, então, para minimizar as repressões direcionadas pela segurança pública aos jovens, e o reconhecimento da prática urbana como legítima, foi a sua normatização.

Oliveira (2025) nos coloca uma questão fundamental:

“Nesse contexto, a resistência que expressava-se nas ruas de Juiz de Fora - marcada pela ocupação clandestina dos picos - passou a operar agora em um território mediado, regulado e legitimado pelo poder público. Surge, portanto, um ponto cego: até que ponto a institucionalização do skate de rua compromete ou transforma sua natureza insurgente na cidade?” (p. 210).

O que o autor pôde verificar, no caso da construção de uma *miniramp* na Praça Antônio Carlos, é que, mesmo diante de um equipamento formalmente estabelecido e planejado para o uso pelos skatistas, a presença e participação desses jovens na praça aconteceu de forma muito mais ampla e inesperada. Mesmo inserido em uma lógica esportiva, esse processo não anulou a essência do skate de rua. Eles se apropriaram dos demais elementos presentes na praça: bancos, canteiros, o palco e as paredes. E para além da realização de manobras, outras práticas foram reconhecidas como constituintes dessa apropriação, como os encontros realizados pelos jovens, a produção de memórias e de registros por meio de suas produções audiovisuais e impressas.

Oliveira (2025) segue sua análise no momento em que a Praça Antônio Carlos passa por um projeto de requalificação, entre os anos de 2022 e 2023. Ao examinar o projeto, identifica-se uma inclinação da proposta para (...) “Apropriações associadas ao consumo e à circulação de grandes públicos” (2025, p. 215), através da acomodação de grandes eventos da cidade, da economia criativa e da promoção de políticas culturais. Ele aponta que o espaço, nesse caso, foi orientado para a sua mercantilização, em detrimento dos usos cotidianos e dissidentes da lógica hegemônica de uso do espaço.

A proposta também apontou para uma falta de reconhecimento da relevância histórica e cultural que a praça assumiu para a cultura do skate, assim como o pico da Escola Normal representava na década de 1990. Isso pois o projeto previa uma possibilidade de realocação da pista de skate da PAC, mas não trazia nenhuma especificação sobre o novo local de seu empreendimento e o tempo previsto para a sua inauguração, revelando que o compromisso atribuído ao skate pelo poder público é irrisório. A demolição da pista de skate foi confirmada pela prefeitura, o que gerou à comunidade dos skatistas da cidade uma perda de um patrimônio histórico do skate na cidade.

Embora a revitalização da praça não tenha sido projetada de forma alinhada aos interesses dos skatistas, a escolha dos materiais utilizados na reforma favoreciam a prática, como a utilização do concreto armado, que criaram condições para que a praça reinaugurada se tornasse novamente um pico entre os jovens. Oliveira (2025), acrescenta:

Entretanto, embora as possibilidades de uso tenham sido ampliadas pela reforma, a apropriação inicial dos/as skatistas no espaço não se deu sem conflitos e tensões. Nas primeiras semanas após a inauguração, a Guarda Municipal de Juiz de Fora, chegou a registrar os/as praticantes em vídeo sob a justificativa de prevenir contra depredações. (2025, p. 222)

A despeito das tensões, Oliveira (2025) reconhece que os jovens skatistas efetivamente permaneceram se apropriando desse espaço, retomando a centralidade da Praça Antônio Carlos na cena de skate da cidade. Isso se constatou a partir das práticas espaciais individuais e coletivas ligadas ao skate, como as produções audiovisuais de skatistas e de coletivos juvenis e a realização de eventos organizados pela AJS. Esse resgate histórico reforça a plasticidade do skate e a resistência das juventudes frente a um espaço regulado e normatizado, revelando que as medidas de negociação firmadas entre os jovens e o poder público não suprimem o conflito produzido pelo skate de rua e muito menos eliminam a ação juvenil na cidade. O skate mantém sua vitalidade ancorada nos movimentos de ocupação criativa dos equipamentos urbanos.

Após a demolição da pista de skate anteriormente mencionada e uma série de negociações dos membros da AJS com a Prefeitura de Juiz de Fora, o que se seguiu foi a construção da pista de skate Rusivel Silva Costa, inaugurada no dia 1º de fevereiro de 2024, no bairro Poço Rico, na região central da cidade. A pista, constatada como a maior da Zona da Mata Mineira, foi projetada com medidas olímpicas, contando com (...) “Nove obstáculos (caixas, banco, hubbas, rampas, palco e escada), um bowl com 1,30m de profundidade de um lado e 1,70m do outro, com 88m² de área.” (PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, 2024).

Na reportagem do evento da inauguração da pista pela MGTV da Zona da Mata, telejornal local da TV Integração⁵, é possível identificar que as premissas institucionais com a construção da pista se aproximam da identidade esportiva do skate descrita por Brandão (2025). O repórter Marcus Pena, em seu discurso, ressalta a pista como um grande empreendimento de fomento ao esporte, indicando também a possibilidade de sediar concursos e competições a nível nacional e do estado de Minas Gerais.

Na entrevista com Caio Guilherme, skatista há mais de 25 anos que reside atualmente na Espanha e que esteve em Juiz de Fora prestigiando o evento, o repórter faz uma pergunta retórica, tratando a pista como uma forma de incentivo para outros atletas, e Caio responde:

⁵ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12319056/>

“Exato e com certeza vai sair novos talentos nas olimpíadas cara. E agora o skate tá nas olimpíadas, é um esporte mais reconhecido, mais valorizado, e você pode ter certeza que em poucos anos, em cinco anos vai estar saindo grandes talentos daqui de Juiz de Fora, assim como eu saí daqui um dia, vai sair novos talentos daqui.” (2024)

Além do destaque dado à inserção do skate como modalidade olímpica, ele conclui que, agora que a cidade possui uma pista de skate de padrão olímpico e equiparada ao nível mundial, os jovens praticantes têm a possibilidade de ganharem aptidão e se tornarem figuras prodigiosas, se inserindo nos grandes circuitos de campeonatos. O skate é retratado aqui como uma ferramenta de aprimoramento técnico, e não como uma prática juvenil criativa e inventiva de lazer. Isso reforça que a sua valorização e o direcionamento de investimentos públicos, que neste caso, segundo o repórter, totaliza 1 milhão de reais, estão ligados à sua consolidação como esporte.

O repórter também traz um dado fundamental: a descrição do entorno da localização da pista. Segundo ele, não há vizinhança ou domicílios perto da pista, então os jovens podem utilizá-la a qualquer horário, sem que haja problemas. Ao contrário da PAC, que (...) “configura-se como um dos principais pólos culturais de Juiz de Fora, tanto pela sua localização estratégica quanto pela diversidade de usos que abriga” (Oliveira, 2025, p. 202), a pista de skate encontra-se apartada desses espaços da região central da cidade que comporta cotidianamente fluxos intensos de sujeitos. Essa nova localização, próxima ao viaduto Augusto Franco, era antes um espaço degradado, desprovido de vitalidade urbana e que concentra no seu entorno os sujeitos considerados indesejáveis, como pessoas em situação de rua. Após a incorporação da pista, aquele espaço é reanimado pela presença dos skatistas.

Nesse sentido, o deslocamento desse fixo urbano significativo para os skatistas juizforanos produziu um confinamento da prática em um espaço isolado, dificultando a possibilidade de coexistência e de negociação dos jovens com os demais sujeitos. Esse processo de homogeneização dos espaços é trabalhado por Otávio Augusto dos Santos no tocante à lógica fragmentária de produção do espaço urbano, que (...) “Trata-se, contudo, de uma coesão que se dá mediante o constrangimento de trajetórias divergentes e de perspectivas contrastantes, interditando processos contestatórios e de luta social. Por isso, no limite, a fragmentação tende a afirmar o consenso, sobrepujando a diferença.” (Dos Santos, 2021, p. 463-464).

Os processos analisados no caso de Juiz de Fora revelam contradições no que se refere à ocupação do espaço urbano pelas juventudes skatistas. As medidas institucionais tomadas pelo poder público, ao mesmo passo em que geraram espaços legítimos e conquistas materiais para o skate na cidade, correspondem a estratégias de normatização e regulação dos espaços apropriados pelas juventudes, de modo a confiná-los em espaços destinados à prática. Ademais, os esforços de Oliveira (2025) indicam um descompasso significativo entre as decisões tomadas para a requalificação dos espaços centrais da cidade e as intencionalidades e projetos dos sujeitos que os ocupam cotidianamente. Embora o poder público busque operacionalizar os espaços sob uma lógica mercantil, considerando o skate a partir de sua identidade esportiva, os jovens skatistas acionam medidas de resistência e de ocupação criativa da cidade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetos sobre os quais este trabalho se debruça, o espaço urbano e o skate, estão constantemente sendo disputados pelos sujeitos, neste caso, as juventudes e os grandes gestores urbanos. Ao conferirem sentidos sobre a cidade e o skate, os sujeitos se aproximam das diferentes lógicas de utilização do espaço, que são continuamente tensionadas pelas práticas espaciais das juventudes.

As práticas juvenis cidadinas, conforme elaborado por Cassab (2021), são essenciais no processo de constituição das juventudes como sujeitos sociais, que ao encontro de outros sujeitos, incorporam à sua subjetividade novos valores, projetos e intencionalidades. O skate de rua, à vista disso, opera como uma ferramenta que contribui para que os jovens possuam experiências urbanas mais vigorosas, através de suas circulações em busca de picos, da socialização potencializada, do exercício de significação dos espaços e dos conflitos vividos cotidianamente.

A institucionalização das práticas juvenis em Juiz de Fora, observada aqui desde a repressão dos jovens que ocupavam espontaneamente o pico da Escola Normal até a incorporação de uma pista de skate olímpica em uma área confinada do pólo central da cidade, expressa as estratégias de remodulação da inserção dos jovens na cidade de modo controlado e confinado. Essas medidas operaram estrategicamente para dispersar as presenças indesejáveis dos skatistas e enquadrá-los em um imaginário esportivo, projetando seus corpos como de atletas disciplinados, focados em uma evolução técnica e na competitividade, em detrimento da cidadinidade, conforme proposta por Machado (2025). Essas medidas tomadas pelo poder público e o discurso transmitido pelo veículo de informação aqui analisado também demonstraram que eles se aproximam dos valores esportivos do skate, a faceta identitária que promove a sua aceitação, e que não à toa, está ligada aos ideários das forças verticais (Santos, 2006), consonantes com a lógica da mercantilização do espaço.

Os esforços dos grandes agentes buscam suprimir o conflito produzido pelos usos transgressivos do espaço urbano em coexistência com outros sujeitos. Esse conflito, entretanto, como podemos observar pelo trabalho de Oliveira (2025) não é eliminado. Nos processos de transformação dos fixos urbanos aqui descritos, os jovens demonstraram inúmeras formas de agenciamento e de resistência da realização do seu direito de ocupar a cidade: as utilizações imprevistas dos equipamentos da PAC, independentemente da incorporação ou destruição da pista de skate, firmaram aquele espaço como uma centralidade do skate em Juiz de Fora.

A questão da cidadinidade do skate em São Paulo trabalhada por Machado (2025) revela uma ambivalência ao ser enquadrada de diferentes formas por agenciamentos políticos e urbanísticos: (...) “Ora visam combatê-la, ora intentam impulsioná-la de modo um tanto estratégico e utilitarista a fim de atender a diversos interesses.” (2025, p. 124). Quanto ao caso de realocação da pista de skate e da aceitação da permanência dos skatistas na PAC, trago uma indagação a ser trabalhada futuramente: Essas não seriam estratégias que, ao mesmo tempo em que confinam a cidadinidade do skate em um território isolado, a estimulam para favorecer a gentrificação do centro de Juiz de Fora?

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO JUIZFORANA DE SKATE (@ajsjuizdefora). **[Comunicado oficial sobre a demolição da pista do Vitorino Braga]**. Instagram, 1º jul. 2026.

Disponível em: https://www.instagram.com/p/DaQL5UoFTEV/?img_index=1 Acesso em: 1º jul. 2026

BRANDÃO, Leonardo. **Para além do esporte: uma história do skate no Brasil**. In: OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel; VASQUES, Daniel Giordani (org.). **Juventudes, Territórios e Lazer**. Porto Alegre, RS: GEPUVE/GESOE, 2025. p. 65-95

CASSAB, Clarice. **"Cidade estranha, sabes que existo?": o jovem como sujeito e a cidade que ensina**. In FERNANDES, Maria Lídia Bueno; LOPES, Jader Janer Moreira; TEBET, Gabriela Guarnieri de C. (org.). **Geografia das crianças, dos jovens e das famílias temas, fronteiras e conexões**. Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2021. p. 237-264

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994. Cap. III: Fazer com: usos e táticas, p. 91-106.

DUARTE QUAPPER, Claudio. **Sociedades adultocéntricas: sobre sus orígenes y reproducción**. Última Década, Valparaíso, n. 36, p. 99-125, jul. 2012.

GALVÃO, Letícia Oliveira Feijão; MARCON, Frank Nilton. **Práticas culturais juvenis e a cidade como locus de ação política e disputa de sentidos sobre o espaço público**. **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 31, 2023. DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.15056>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/15056>

MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. **Skate na rua: a cidadinidade em questão**. In: OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel; VASQUES, Daniel Giordani (org.). **Juventudes, Territórios e Lazer**. Porto Alegre, RS: GEPJUVE/GESOE, 2025. p. 119-149

MGTV 2ª Edição- Zona da Mata. Nova pista de skate é inaugurada no Poço Rico, em Juiz de Fora. Juiz de Fora, [s. d.]. Vídeo. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/mg2-zona-da-mata/video/nova-pista-de-skate-e-inaugurada-no-poco-ri-co-em-juiz-de-fora-12319056.ghtml>. Acesso em: 28 jul. 2026.

OLIVEIRA, Vinícius Costa de. **Traços de Rua: a apropriação da Praça Antônio Carlos sob o olhar do skate**. *Revista Faces de Clio*, Juiz de Fora, v. 12, n. 22, p. 198-226, 2025. DOI: <https://doi.org/10.34019/2359-4489.2025.v12.50220>

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **PJF inaugura maior pista de skate da Zona da Mata Mineira nesta quinta, 1º**. Juiz de Fora, 31/01/2024. Disponível em: <https://pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=82624>. Acesso em: 28 jun. 2026.

SANTOS, Milton. *Horizontalidades e verticalidades*. In: **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. Cap. 12, p. 190-212.

SANTOS, Otávio Augusto Alves dos. **Segmentação, segregação, fragmentação**. *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, Sobral, v. 23, p. 455-469, dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.35701/rcgs.v23.817>.